

Emenda poderá fazer de Ulysses vice permanente

A escolha do vice-presidente de José Sarney poderá ser feita em convenção do partido pelo qual foi eleito o Presidente, o PMDB. A confirmação da escolha partidária será da maioria do Congresso Nacional, 45 dias após a promulgação na nova Constituição.

A emenda é do deputado João Agripino (PMDB-PB), que pediu destaque para incluí-la no capítulo das disposições transitórias. Disse ele que a proposta procura dar solução a um caso concreto e de duração temporária — até o término do mandato de

Sarney — além de prevenir a hipótese da falta do Presidente da República a qualquer tempo.

O parlamentar paraibano lembrou que sua iniciativa é mais democrática do que a fórmula norte-americana. Nos Estados Unidos, ocorrendo a vacância do cargo de vice-presidente, o presidente nomeia o vice.

“A solução aí está. Depende da maioria da constituinte e da vontade de Ulysses Guimarães — o candidato natural do PMDB a vice-presidente” — afirmou João Agripino.

Antes, dois outros

Já há dois precedentes de escolha de vice-presidentes por Assembleias Constituintes brasileiras. A Constituinte de 1891 elegeu indiretamente o vice-presidente Floriano Peixoto. Ao mesmo tempo, mantinha como presidente o chefe do Governo Provisório, marechal Deodoro da Fonseca. Como os votos para presidente e vice eram separados, Floriano tornou-se vice mesmo concorrendo pela oposição, batendo o candidato de Deodoro, que era o almirante Eduardo Wandenkolk. Depois Deodoro, o também Marechal Floriano governaria por três anos.

Em tempos mais recentes, a Constituinte de 1946 elegeu indiretamente um vice para o presidente Eurico Dutra. Como na proposta do deputado João Agripino, a escolha se deu ao se encerrarem os trabalhos da Assembleia. O candidato do PSD, o senador catarinense Nereu Ramos, venceu facilmente seu oponente da UDN, José Américo de Almeida. Nereu nunca chegou a substituir Dutra, que dele não gostava, mas tornou-se presidente cinco anos após ter deixado a vice: como presidente do Senado, ocupou a vaga do deposto Carlos Luz, em 1954.



Líderes de todos os partidos designaram Ibsen (no centro) como relator do projeto sobre eleição

Líderes ensaiam votar eleição já

Os 4.500 municípios brasileiros irão eleger, em novembro próximo, os seus prefeitos, se depender da vontade de todas as lideranças partidárias na Câmara dos Deputados. Ontem, elas estiveram reunidas no gabinete do líder Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), para discutir o projeto de lei que regulamentará as regras para realização do pleito e decidiram sepultar qualquer expectativa de prorrogação de mandato dos atuais prefeitos.

Ainda não está definido o texto a ser votado, mas os líderes concordaram em designar Ibsen Pinheiro como relator, e ele estará até hoje, às 18h, recebendo sugestões para redigir um esboço a ser submetido à apreciação das demais lideranças. Amanhã, os líderes voltam a se encontrar e começam a elaborar o projeto de lei que deverá estar concluído até a próxima terça-feira, quando então será pedida a urgência da votação e, dependendo do consenso a ser obtido, o projeto poderá ser aprovado no mesmo dia.

DISCUSSÃO

A reunião que contou com representantes de todos os partidos gerou polêmica a partir de uma posição defendida pelo deputado Gerson Peres (PDS-PA), que insistia no pedido de urgência para o projeto

do deputado Adilson Motta (PDS-RS) — formalmente, somente dois projetos foram apresentados: um de Adilson e outro do deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA): Gerson Peres queria garantir a urgência para o projeto do seu colega de bancada e, somente depois, começar a discutir um outro texto que poderia ser apresentado como substitutivo. Foi vencido pelas demais lideranças, que resolveram percorrer caminho inverso: primeiro, estabelecer o texto de concordância e, só depois, entrar na discussão da tramitação do projeto. Também fizeram mostrar a Gerson Peres que o projeto de Adilson Motta não era o único texto de referência — inclusive, o deputado Roberto Freire (PCB-PE) encaminhou, durante a reunião, uma terceira proposta de sua autoria.

O líder Ibsen Pinheiro afirmou que diante da unanimidade de seus colegas, está exorcizada qualquer idéia prorrogacionista dos mandatos dos atuais prefeitos. Ele desconhece quem defende essa posição. Para ele, se todas as lideranças chegarem a um acordo sobre o texto que regulará as eleições de novembro próximo, a votação será tranquila e já na próxima semana o projeto poderá estar aprovado na Câmara. “Quinta-feira, eu vou apresentar um boneco,

que estou chamando de Judas — é para malhar mesmo —, que é o início do projeto que eu espero estar concluído na reunião da próxima terça-feira”, disse. Aprovado na Câmara, o projeto segue para o Senado e, posteriormente, para sanção presidencial.

PROPOSTA

Durante as discussões das eleições para prefeitos, o representante do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), sugeriu um mandato tampão para os futuros prefeitos. Afirmando temer o poder econômico, que vem ditando as regras nas eleições por todo o País, Inocêncio defendeu um período de dois anos para os próximos prefeitos, cujos mandatos seriam renovados em 1990, juntamente com outras eleições, como as de governador. Para isso, contudo, esses prefeitos teriam direito a se reelegerem. A tese não agradou e foi motivo de brincadeira para Roberto Freire: “Se quer evitar o poder econômico, então que se tenha eleição todo ano”. Ibsen Pinheiro, por sua vez, descartou a idéia, lembrando ser esta não uma questão a ser discutida no âmbito da Câmara dos Deputados, mas na Assembleia Constituinte, por se tratar (a duração de mandatos) de matéria constitucional.

Araguaína apóia a intervenção

Goiânia — Começou a vigorar ontem a intervenção administrativa na Prefeitura de Araguaína, região do Bico do Papagaio, decretada anteontem pelo governador Henrique Santillo sob alegação de prática de corrupção pelo prefeito Cornéliano de Barros. A posse do interventor, Paulo Sidney Antunes, aconteceu às 10 horas, na sede da Prefeitura local, a 1.200 quilômetros de Goiânia. O governador Henrique Santillo foi representado por auxiliares na solenidade. Paulo Sidney foi recebido no aeroporto por centenas de pessoas, entre elas representantes de todos os partidos com representação local.

Depois da solenidade de posse, mais de mil pessoas participaram de uma ma-

nifestação em praça pública em apoio ao ato de intervenção e ao interventor. Em seu discurso, Paulo Sidney anunciou que uma comissão de alto nível começa de imediato a apurar todas as denúncias de irregularidades contra o prefeito afastado, Cornéliano de Barros. Três componentes da comissão foram para Araguaína, ontem mesmo com ele — um auditor do Conselho de Contas dos Municípios, um prestador de assessoria privada e um consultor administrativo.

Entre as acusações feitas pela Câmara Municipal, pelo Conselho de Contas dos Municípios e constatadas por comissão nomeada pelo governador Henrique Santillo, estão omissão de

receita, inexistência de material relacionado em obras, gastos com obras fantasmas, diferença de caixa e despesas impugnadas resultantes de alteração documental. O interventor ficará no cargo até 31 de dezembro, com possibilidade de novo ato, caso o prefeito afastado seja impedido de reassumir o cargo por decisão judicial.

Com cerca de 100 mil habitantes e quase 50 mil eleitores, Araguaína, é o município que mais se desenvolveu economicamente no Norte de Goiás. E só não deverá ser a capital do futuro Estado do Tocantins porque é fixa no extremo norte do Estado, inviabilizando-se geograficamente.

Deputado não quer perder espaço na TV

Por unanimidade, as lideranças partidárias solicitaram urgência urgentíssima para o projeto de lei do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) que autoriza as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a requisitarem das emissoras de televisão cinco minutos diários para divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo. Se for aprovado, o atual programa Diário da Constituinte — que, segundo ele, tem “altíssima audiência” — ao término dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, será substituído pelo Diário do Congresso.

Radiante com o apoio obtido, Maurílio anunciou que na próxima terça-feira o projeto entra em discussão na sessão da Câmara.

Esse espaço, defendido por Maurílio em seu projeto, atinge em cheio o chamado horário nobre das televisões. Seriam cinco minutos diários, em todas as emissoras, entre 19 e 22 horas, de segunda a sexta-feira, durante a fase de trabalhos ordinários e extraordinários da Câmara e do Senado. O projeto vai mais longe: prevê que as presidências das duas casas do Poder Legislativo poderão requisitar, das concessionárias de rádio e televisão, horário de no máximo 60 minutos para a divulgação de fato relevante de interesse do Congresso Nacional.

Monarquista dá brochinho

Único parlamentar a defender na Constituinte a monarquia como regime de governo ideal para o País, o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) presenteou ontem seus colegas constituintes com um broche dourado em forma de uma coroa real.

Além do brochinho, Cunha Bueno distribuiu um cartão em que afirma que “a Coroa é a garantia do exercício isento das paixões partidárias do Poder Moderador, exercido indevidamente nas Repúblicas pelo Exército, em nome das Forças Armadas”. Lembrando as monarquias da Holanda, Bélgica, Inglaterra, Dinamarca, Noruega, Japão, Canadá, Nova Zelândia, Suécia e Austrália, o constituinte assegurou que a Coroa é também símbolo da estabilidade institucional.

Dissidência do PMDB até agora só tem 75 nomes

Até o final da tarde de ontem 75 parlamentares do PMDB — 24 senadores e 51 deputados — haviam assinado o “Manifesto dos Descontentes”, documento que servirá de base para a formação de um bloco independente dentro do partido, com pretensão inclusive de chegar a uma nova legenda. O teor do manifesto a ser divulgado até o final da semana determina o rompimento imediato com o governo, considera a aprovação do mandato de cinco anos um retrocesso permitido com a cumplicidade do próprio PMDB e estabelece a fixação do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney como condição básica para a permanência do bloco no partido.

O movimento foi encabeçado pelo senador Fernando Henrique Cardoso, que se responsabilizou pela coleta de assinaturas no Senado, convidando o vice-líder Euclides Scalco (PMDB/PR) para cuidar das adesões na Câmara dos Deputados. Com o feriado prolongado da Semana Santa, a coleta foi interrompida, mas de segunda para terça-feira o número de assinaturas do documento cresceu de 28 para 31 deputados.

A atuação do Bloco dos Descontentes ainda não foi definida em detalhes, o que deverá acontecer tão logo seja divulgado o Manifesto oficialmente. Mas as linhas básicas apontam para um comportamento independente dentro do PMDB, com posições que signifiquem “o resgate das linhas programáticas do partido”, segundo revela Scalco — acima de tudo, mostrando para a opinião pública que o grupo não apóia o governo. Para o deputado paraense, a data-limite pa-

ra um posicionamento mais radical, no sentido de abandonar o PMDB, é o momento da realização da convenção Nacional do partido.

O líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, porém, entende que esta tomada de posição definitiva deverá acontecer mais cedo, tão logo se fixe a duração do mandato do presidente José Sarney. “O apoio do PMDB à aprovação dos quatro anos é a pedra de toque para a nossa permanência no partido. Do contrário, não nos sentiremos à vontade no PMDB”, acrescentou.

A expectativa dos líderes do movimento é de que 90 — no máximo 95 — parlamentares do PMDB assinem o Manifesto dos Descontentes, exatamente o número de constituintes do partido que votaram a favor do mandato de quatro anos para os futuros presidentes e foram derrotados. Como ontem a lista já chegava aos 80 assinadores, o deputado Euclides Scalco espera concluir logo o trabalho de coleta de adesões.

A bancada do PMDB na constituinte soma hoje 277 parlamentares, com as últimas baixas. Se o manifesto conseguir 90 assinaturas, o percentual é considerado bastante satisfatório para os descontentes. “Na situação em que vivemos, onde o presidente Sarney dividiu os parlamentares em malditos os que votam pelos quatro anos e em benditos os que são favoráveis aos cinco, este número é extraordinário”, avaliou o deputado Néilton Friedrich (PMDB/RS).

A relação dos parlamentares que assinaram o manifesto só será divulgada pelo deputado Euclides Scalco, junto com o próprio documento.

Novo bloco poder vir

A partir do rompimento formal com o Governo, os signatários do Manifesto dos Descontentes formarão o “bloco independente” no PMDB, com a disposição de lutar pelas eleições presidenciais ainda neste ano, o que implicaria o mandato de quatro anos ao atual presidente. Os três senadores paulistas assinaram o documento — Mário Covas, Fernando Henrique e Severo Gomes —, além de vários deputados, como Roberto Marinho, Antônio Perosa, Geraldo Alkmin, Koyu Iha, José Carlos Grecco.

De Minas, até agora, somente subscreveu o manifesto o deputado Luiz Alberto Rodrigues, já que outros oito dissidentes deixaram o partido. Da Bahia, além de diversos deputados, assinaram os senadores Juthay Magalhães e Rui Bacelar. O senador Luiz Viana só apoiará se receber solicitação neste sentido do governador Waldir Pires. Os senadores gaúchos José Fogaça e José Carlos Bisol também apoiaram, além do deputado Antônio Britto.

Do Rio de Janeiro assinaram Miro Teixeira, Arthur da Távola, Paulo Ramos, Ana Maria Rattes, Márcio Braga, Ronaldo César Coelho e o senador Nelson Carneiro. Do Paraná, entre outros, José Richa, Euclides Scalco e Hélio Duque.

A proposta de rompimento com o governo Sarney está retardando a saída de vários parlamentares do PMDB, entre os quais o senador Gerson Camata e sua mulher, deputada Rita Camata, do Espírito Santo. O senador pretende aguardar o final da Constituinte ou a realização da convenção nacional, no início de junho. A deputada Rita Camata conversou ontem com o senador Fernando Henrique e, hoje, toma o café da manhã com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto — que está empenhado em evitar a imediata implosão do PMDB.

Ontem, saiu o 27º parlamentar do PMDB, deputado Ervin Bonkoski, do Paraná. “Deixo o PMDB mas continuarei alinhado com o governador Alvaro Dias e apoiando o governo federal” — disse ele, advertindo: “Os grupos que conduzem o partido para seus interesses pessoais e as falsas lideranças estão acabando com o PMDB”.

O “bloco independente”, segundo seus coordenadores, será o embrião de um novo partido de centro-esquerda, que deverá ser criado logo após a aprovação, na Constituinte, de emenda permitindo a 30 parlamentares, no mínimo, organizar partido provisório.